



## **O DIÁLOGO: INSTRUMENTO POLÍTICO DE UMA GESTÃO ESCOLAR OU AO MENOS DEVERIA SER.**

Eixo- Política e Gestão Educacional

Joel Severino da Silva 1

[Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)]

[tecnicoagricola\_joel@hotmail.com]

### **Resumo:**

Este artigo é oriundo de um projeto de pesquisa desenvolvido na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizado numa escola do campo. Cujo objetivo foi discutir e analisar o diálogo na prática da gestão escolar, e se ela (escola) presa pela democracia como previsto na LDB, e se pensa uma gestão dialógica e descentrada. E entender como a posição de sujeito e lugar se constrói no chão da escola através do diálogo entre escola/comunidade. Para tal, este trabalho está fundamentado na pesquisa de campo e propõe analisar tais práticas a partir da teoria do discurso de Orlandi, e a teoria e análise do discurso de Ernesto Laclau trabalhado por Burity (2007) e recorre a outros autores que discutem a mesma teoria. Também aplicação de questionário abertos e fechados e roteiro de caracterização. Neste trabalho constatou-se que apesar da escola estudada, ter o mínimo de diálogo entre a gestão, professores e servidores, há ainda, um distanciamento entre a escola e comunidade, o que atesta um afrouxamento na estrutura dialógica entre os pares, reforçando a primazia do lugar de onde fala a gestão. Reproduzindo um discurso de legitimidade autoritária de uma cosmovisão da realidade educacional, descendente de uma formação patronal, corroborando para o acirramento das concepções antagônicas e transferência de responsabilidade do fracasso escolar.

**Palavras-chave:** Diálogo. Gestão. Democracia



## INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa de campo é referente à disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica da UFPE, que fora efetuado em uma escola da zona rural por nome: Deoclides de Andrade Lima, localizada na cidade de Vicência – PE. Nesta pesquisa buscou-se analisar o trabalho de gerência de tal escola, para identificar se esta presa pelo princípio do diálogo no fazer pedagógico e pela democracia como inferido na LDB e se versa pela primazia de uma educação interativa e contextualizada, tendo o diálogo como ferramenta de interligação entre os diversos atores da educação. Já que segundo Acenilia Leite (2012) ao falar do papel da gestão escolar diz que Conforme Luck (2000) A gestão escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesmo, tendo em vista que o objetivo final é a aprendizagem.

Nesta mesma direção diz Machado & Santiago (2009) *apud* Oliveira e Melo (2012, p. 10) diz que:

A prática democrática passa necessariamente pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de todos que fazem a escola, no sentido de que compreendam a complexidade do trabalho pedagógico e percebam a importância da contribuição individual e coletiva para sua melhor realização e eficácia (MACHADO E SANTIAGO, 2009, p.84 *apud* OLIVEIRA & MELO 2012 p. 10).

Pois vivemos teoricamente em uma sociedade democrática, entendendo que todos são sujeitos participantes das decisões convencionadas. Neste sentido, todos têm o direito de expressar seus anseios e suas contraposições de modo a se firmar como sujeito autônomo. A escola deve atuar como principal agente nesse processo político e não apenas reforçando o discurso das desigualdades sociais ou fragilidades e limitações das crianças no processo de aprendizagem, ou sustentar o discurso de que os pais não são sujeitos da práxis escolar. Segundo Machado e Aniceto (2010) a escola tem dificuldades de se comunicar com seus verdadeiros atores, transferindo a responsabilidade para órgãos do governo ao invés de procurar ela mesma diminuir o distanciamento entre esses dois grupos. Nisto fica explícito a necessidade de maior aproximação e diálogo entre escola/comunidade. Esta é uma via de mão dupla, sendo assim este trabalho sugere, que o antagonismo entre os pares precisam dá espaço a reciprocidade para, que o diálogo torne-se definitivamente a voz da escola.



Fica evidente que não cabe outra coisa à gestão escolar se não, avançar nas políticas de desenvolvimento da escola a partir do diálogo. A escola precisa conhecer para dialogar Martins e Carrano (2011). A escola precisa compreender que desenvolver uma boa gestão exige um trabalho de descentramento das atividades e neste sentido, uma distribuição de poder, noutras palavras, o trabalho de uma gestão democrática deve ser em conjunto, pois segundo Veiga (1997, p. 18), *apud* Souza (2008, p. 3780)

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1997, p.18),

Neste sentido, este trabalho caminha, na tentativa de compreender como tais práticas acontecem no chão da escola do campo. Será que ela realmente atende os anseios dos educandos e responsáveis? Neste caso, partiu-se do pressuposto, de que as escolas do campo ainda possam está reproduzido um discurso autoritário oriundo da construção histórica patronal em comunidade rurais. Por essa razão se justifica o porquê esta pesquisa foi efetuada numa escola rurícola. Outro motivo se deu pelo fato do pesquisador ser da própria comunidade e ter estudado as séries iniciais na referida escola. Também, por ser a educação do campo objeto de pouca investigação científica. Nesta direção continua-se a justificar a escolha deste espaço, pelo anseio em compreender a desmotivação dos jovens da comunidade. Neste sentido, o interesse foi investigar como a escola e em especial a gestão escolar concebe o comportamento comunitário, e quais suas estratégias de aproximação. Será que o diálogo é um fio condutor desta aproximação escola comunidade? Tentar compreender como é a gestão de uma escola do campo. Será que presa pelo diálogo ou mantem o discurso ideológico da figura patronal? Portanto, busca entender como se forma e como são trabalhados os discursos no processo dialógico entre os múltiplos atores que compõe a escola, a saber: gestão, corpo docente, discente, pais e servidores.



## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Democracia é um termo, pelo qual o povo brasileiro lutou por anos, sobretudo, nos anos 70 e 80 e início dos anos 90. Resultados destas ondas de manifestações foram: derrubada do governo ditatorial, diretas já, conquista da constituição de 1988, o manifesto fora do Colégio com vitória popular. Estas foram as mais expressivas conquistas democráticas da nação além de outros manifestos menores que se prorrogam continuamente.

Em linhas gerais, se pode dizer que o povo está cansado de uma comunicação sem diálogo, ou seja, em ocupar apenas o lugar de telespectador. O povo anseia oportunidades de se expressarem, verbalizar suas propostas e demandas. Na verdade, querem ser vistos como sujeito existente, como sujeito falante. Neste sentido, não é mais construtivo para a escola mantê-los tão somente como ouvintes. A insatisfação talvez tenha sido a única coisa em comum entre os brasileiros. Segundo Pinassi (2014) ao falar sobre o manifesto de Junho de 2013, num livro organizado por Mauricio Gonçalves intitulado de “As jornadas de junho”, no qual ela é autora do capítulo 2 diz ela que:

A democracia mais legítima vem sendo ensaiada nas ruas e no Parlamento. As ruas substituem as urnas como locus de um exercício político que, depois de muito tempo de discurso enfatizando o fim dos privilégios das desigualdades e das classes sociais, recompõe a disputa ideológica que necessariamente se manifesta na luta de classes. (PINASSI, 2014, p. 30).

Já na luta por uma educação democrática, temos desde o manifesto dos pioneiros em 1932 que lutavam por uma escola acessível às camadas menos favorecidas. A LDB de 1996, integrando o corpo constitucional brasileiro, se firmando como marco importantíssimo de contraposição ao modelo de educação hegemônico vigente. Segundo Eliete Santiago (2009, p. 45) “representam avanços no trato aos direitos básicos da população no seu conjunto, [...] de modo particular, para a política educacional as quais tomam corpo na sala de aula”.

Nesta ótica é inegavelmente essencial manter em evidências, lutas que nos antecederam e que de igual modo nos instiga e nos antecipa a continuar o processo de



busca, pela melhoria no processo democrático. No entanto, segundo Gadott 2001 *apud* Sousa (2008, p. 3778) diz que:

De nada adiantaria *uma lei de gestão democrática do ensino público*, que concede autonomia pedagógica administrativa e financeira às escolas. Se o gestor, professor, aluno e demais atores do processo desconhece o significado político da autonomia (GADOTT 2001 *apud* SOUSA, 2008, p 3778)

Nesta interpretação é inconcebível que haja resultados significativos nos contornos internos de uma gestão escolar, no que tange à democracia, se apenas a gestão em específico conhece os pormenores do sentido de “democracia”. É necessário, que os sujeitos que constitui o corpo escolar sejam conhecedor e incluídos neste processo. Para desfazer os discursos patronais que tenta manter vivas as ideologias de uma educação respaldada nos valores capitalistas.

Pois, gestão democrática não é tão somente um bom senso do governo, em estender a participação cidadã, mas uma luta de educadores e movimentos sociais, como diz Sousa (2008, p. 3778), segundo esta autora:

A gestão democrática faz parte da luta de educadores e movimentos sociais organizado em defesa de um projeto de educação pública de qualidade. Essa luta constante em busca da democratização resultou na aprovação no princípio da gestão democrática instituída na Constituição Federal (BRASIL, C. F. art. 206, 2006 *apud* SOUSA, 2008 p. 3778).

Nesta mesma direção durante anos no âmbito das lutas por uma nova proposta política, diz Fonseca, (1995 et al, p. 53) *apud* Sousa (2008, p. 3781) que:

(...) tornar as escolas eficazes torna-se então, a principal meta das reformas, o que por sua vez, implicaria, adotar também uma outra visão de gestão escolar, que sinalizasse para a emergência de uma nova cultura na escola, ancorada em três eixos: a descentralização, a autonomia e a liderança escolar. (FONSECA, 1995 et al., p.53 *apud* SOUSA, ano, p. 3781)

Ainda se referindo a comunicação da escola com os atores externos da escola, porem essencial na formação deste espaço, que são os pais. Nem sempre estes pais são convidados a se expressarem, no muito quando o convidam é, mas para reuniões com fins de tratar de alguma coisa, a respeito de comportamento dos seus filhos. Mantendo



estes em silêncio, não porque, não querem falar, mas por não serem oportunizado. Numa pesquisa de Machado e Aniceto (2010) essas duas autoras revelam que os pais não têm liberdade nem coragem para falar, no muito que procuram saber, é como os seus filhos estão.

Ainda segundo Machado e Aniceto (2010) a escola tem dificuldades em se relacionar com seus verdadeiros atores, transferindo a responsabilidade para órgãos do governo ao invés de procurar ela mesma diminuir o distanciamento entre esses dois grupos. Estas duas autoras apontam para o reconhecimento imediato na construção de um diálogo entre a escola e a comunidade.

## **METODOLOGIA**

Esta é uma pesquisa de campo, uma vez que a verdadeira fonte de estudo é a fonte humana e condições estéticas e arquitetônica do espaço, bem como questões subjetivas como o que pensa a gestão e como ela desenvolve ou não uma gestão democrática. Isto não será visível apenas pelos olhos cognocente do pesquisador, mais com a capacidade interpretativa a partir das informações obtida no espaço e tempo de pesquisa.

No cuidado adotado para realizar a pesquisa e conseguir se aproximar o máximo possível do material observado e analisado a partir do que fora possível construir com os sujeitos da pesquisa um resultado que expressasse fidelidade, este trabalho buscou consubstancialidade metodológica na pesquisa de campo de abordagem qualitativa que se deu no período de setembro e dezembro de 2014, com encontros quinzenais. Para tal levou-se a risca os critérios éticos e morais definidos por Bogdan e Biklen (1994) ao dizer que:

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. [...]. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. Quando os dados em causas são produzidos por sujeitos, como no caso dos registros oficiais, [...]. Quais as circunstâncias históricas e movimentos de que fazem parte? Para o investigador qualitativo divorciar o acto, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado. BOGDAN & BIKLEN (1994, P. 48).



Neste sentido, foram aplicados procedimentos como: (a) questionário, pela necessidade de fazer uso de procedimento capaz de registrar falas, ideias e pensamentos dos sujeitos pesquisados. O objetivo de recorrer a este recurso foi perceber e “descrever características” como diz Richard (2008, p. 189). Foram feitas vinte perguntas abertas e fechadas tendo em vista, oportunizar aos questionados respostas fixas, em que possam afirmar ou negar e momentos que possam expressar sucintamente suas ideias e percepções, já que segundo Richard (2008, p.193) “As perguntas fechadas, destinadas a obter informação sociodemográfica do entrevistado, [...] e respostas de identificação de opiniões [...], e as perguntas abertas, destinada a aprofundar as opiniões do entrevistador (...)”. Também foi feita em todos os encontros anotações em pequenos blocos cujos fins são: manter a congruência entre o dito o visto, o observado e o interpretado. (b) Observação para estudar os pormenores possíveis de serem vistos, já que segundo Richard (2008, p. 259) “é à base de toda investigação no campo social, [...] é o exame minucioso ou a mirada atenta sobre um fenômeno ou seu todo ou em algumas de sua parte; é a capacitação precisa do objeto examinado [...]”. (c) fora realizada uma palestra, cujo tema foi: “Ética e respeito: duas facetas para uma educação eficaz entre a escola e a comunidade” com a finalidade de diminuir os antagonismos entre os sujeitos constituintes da escola.

A análise dos dados está fundamentada no princípio metodológico da análise do discurso de Orlandi (2013) que trabalha os conceitos de “relação de força”, “relação de sentido”, “posição de sujeito”, “antecipação”, “formação discursiva” e “ideologia e sujeito”. Neste sentido, o trabalho em apreço se baseia nestes conceitos de Orlandi, para entender como isso se dá no chão da escola, em especial na gestão essas posições de sujeito, ou seja, como a gestão se posiciona frente aos seus sujeitos. Se ela diminui os antagonismos ou reforça ainda mais? Em especial na escola do campo como esses os discursos são formados? Como se dá essas relações de sujeitos e posição de sujeitos no cotidiano da escola?

Também está consubstanciada na teoria do discurso de Ernesto Laclau trabalhado por Burity e Oliveira e Mesquita (2013). Para, a partir do conceito de hegemonia de Laclau entender como isso se forma na gestão da escola, e como se dá a





relação política da escola através do diálogo se é que ele existe, se não, ao menos deveria.

## **RESULTADO, ANÁLISE E DISCURSÃO DOS DADOS.**

De início é oportuno dizer que a escola estudada não tem um diretor, dado o quantitativo de alunos, que eram no ano de dois mil e catorze apenas cinquenta e três matriculados. Neste caso, a escola tinha uma professora que assumia a função além do ofício de professor. Isto já nos mostra uma sobrecarga que tal pessoa tinha na escola. Também asseguro desde já que os resultados explícitos neste trabalho, não são fixos, prontos e acabados, mas momentâneo. Contudo, em linhas gerais a escola tem claras dificuldades de dialogar com os sujeitos que a constituem. E esta limitação não circunscreve apenas a escola observada.

Por exemplo, Machado e Aniceto (2010) ao observarem o trabalho de ciclo na Escola Monteiro Lobato em Recife e ao entrevistarem 10 mães perceberam, que mesmo elas, participando de reuniões não tinham liberdade para expressarem suas opiniões. Indicando que não basta convidar os pais à escola, é preciso que a escola oportunize momento para que estes possam ter voz. Através do questionário, aplicado na escola Deoclides os educadores e servidores, afirmaram que a participação dos pais no processo formativo da escola é imprescindível. No entanto, por traz dos pontos positivos a respeito do trabalho da liderança da escola, há indícios de que a escola precisa aproximar-se da família de modo que as famílias se sintam sujeito da escola. É isto que denuncia o comentário de um dos funcionários, neste caso transcrevo na integra o comentário do funcionário: segundo ele, para que os pais participem com frequência deve acontecer: *envolvimento escola-família, fazer com que os pais se sintam tão alunos quantos seus filhos*. Na mesma direção o outro funcionário diz: *Os pais devem ter mais compromisso com a formação educacional dos seus filhos e uma presença mais participativa*. (grifo do autor) Isto indica que o papel da escola e família precisa ser revistos o quanto antes.

No caso do desenvolver do projeto político pedagógico (PPP), tudo indica que a escola faz um trabalho coletivo conforme a legislação vigente que assegura no art. 14:





“Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios”:

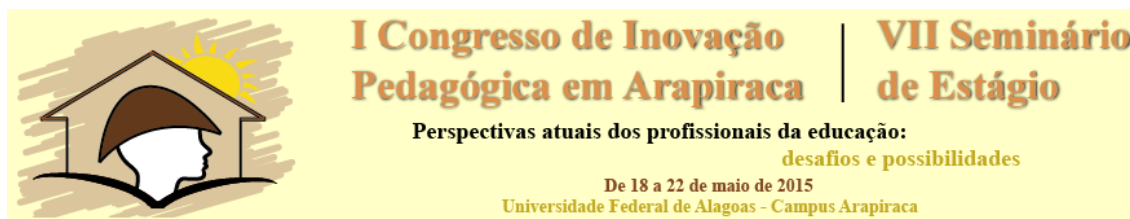
- I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola;
- II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Isto é, a escola elabora o PPP convidando não só o corpo docente, mas de igual modo o corpo não docente segundo os questionários respondidos. Nesta mesma direção diz Machado & Santiago (2009) *apud* Oliveira e Melo (2012, p. 10) diz que:

A prática democrática passa necessariamente pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de todos que fazem a escola, no sentido de que compreendam a complexidade do trabalho pedagógico e percebam a importância da contribuição individual e coletiva para sua melhor realização e eficácia (MACHADO E SANTIAGO, 2009, p.84 *apud* OLIVEIRA & MELO 2012 p. 10).

Já no conceito amplo de democracia trabalhado na escola, na maioria dos momentos observados e com base na conversa com a professora responsável e com o resultado do questionário, constatou-se que muito embora existindo um esforço da escola, não parece que este esforço seja concreto e permanente. Sugerindo que a escola precisa avançar, no sentido de tirar a democracia do papel e dos lábios e jogar definitivamente na práxis escolar. Possibilitando participação de todos que formam a escola. No entanto, não é isso que a escola Deoclides faz. Segundo um dos entrevistados, diz no questionário, que tem muitas ideias, mas não consegue sugerir, por não se sentir confiante, diz ele: *tenho ideias a propor junto com alguns colegas de trabalho, mas não há uma democracia na prática.* (grifo do autor). Falta apostar mais em inovações para possível mudança no âmbito escolar.

Ora, se uma pessoa que trabalha há anos na mesma instituição, não tem confiança para sugerir, como é esta instituição democrática? De nada adianta, os pais e servidores serem convidados a participarem das reuniões se não tem liberdade de apresentar o novo. Fica evidente, que alguns são convidados, apenas para não ferir o



princípio da democracia, desde que também não tenham total liberdade de interferir. Ora, para que uma gestão trabalhe democraticamente é necessário que a mesma esteja aberta ao diálogo, diálogo que promova liberdade de expressão. Apesar de o servidor ter falado isto, os professores falaram diferente ao afirmarem que ficam à vontade para tornar público suas ideias. Porém ao serem indagadas se nas reuniões escolares tinham alguma ideia, mais não expressaram por não se sentir confiantes, todos disseram que sim, ou seja, como têm liberdade se suas utopias ou críticas não a expressam?

Noutras palavras, o que pode ser observado é que houve controvérsias nas respostas, ora diziam uma coisa, ora outra. Para mostrar essas contradições quero mostrar o que diz uma professora, mostrando desarmonia entre uma resposta e outra, para ficar claro apresento as duas questões aplicadas, com suas respectivas respostas:

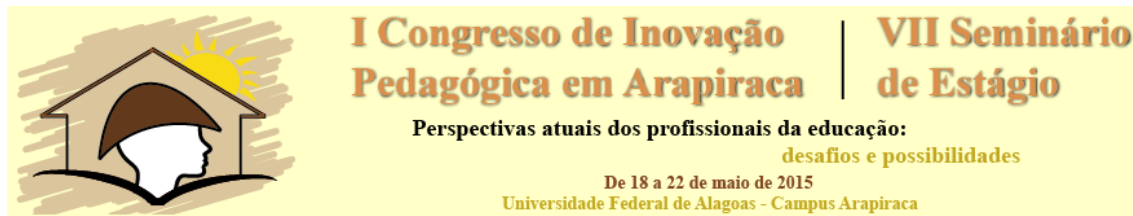
**Questão:** Você se sente a vontade para expressar suas ideias?

*Resposta da professora: Sim, pois no momento em que o grupo se senta cada um tem o direito de falar suas ideias.* Ora, ela responde positivamente. Será que isso é verdade? Vejamos o que a mesma professora diz na questão seguinte.

**Questão:** O que você gostaria de propor à escola em termo de mudança e ainda não propôs porque não ficou confiante e teve medo de sua ideia não ser aceita ?

*Resposta da professora: Gostaria de propor como sugestões atividades educativas onde levasse a comunidade a se aproximar mais da escola.* Ora, se na questão anterior ela disse que tem tal liberdade e não propõe é por que não tem liberdade para falar, ter direito não é o mesmo que ter liberdade. A escola precisa conhecer a democracia na prática e não apenas no direito. Em síntese o que a escola Deoclides, e outras escolas do Brasil precisam aproximar os atores que a constituem criando um ambiente harmonioso e propício ao ensino aprendizagem.

A escola, sobretudo a pública, precisa conhecer seu lugar de escola e de igual modo conhecer o lugar de aluno e da família no intuito de mediar o diálogo. Como diz Martins e Carrano (2011) a escola precisa conhecer para dialogar. Isto é, a escola precisa conhecer seus constituintes. Precisa compreender os anseios de seus alunos, bem

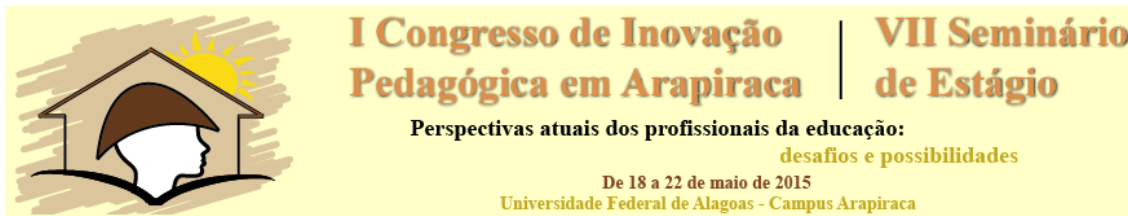


como de seus pais e comunidade, para poder desenvolver um trabalho com melhores resultados. Na fala da professora responsável, dos demais professores e funcionários todos alegam que é preciso aproximação entre a escola e a comunidade. Isto pressupõe que a escola não atende necessariamente este público. Neste sentido, deve a mesma regaçar as mangas, abrir a boca, e dialogar com seus pares. Não há outro caminho a seguir, alias este é o papel no qual a escola não pode deixar de escrever sua história.

Orlandi (2013) ao falar da relação de forças e sentidos diz que os discursos dialogam com outros discursos, e segundo Burity (2007, p. 37) ao falar do discurso em Laclau diz que “o conceito de discurso aparece para dar conta de uma unidade de significação que vai além da frase” isto é, não existem conhecimentos discursivos prontos e acabados, mas conhecimento construído socialmente, este conhecimento é permanente, portanto, inacabado. Neste caminho, a escola deve compreender, que os sujeitos de hoje não são os de ontem, sendo assim, deve ela, encontrar outras propostas para dialogar, sem necessariamente só por reuniões, reuniões estas que os pais pressuponham que seja apenas para falar de seu filho, se está bem ou mal nas notas, ou para falar de sua conduta, se respeita ou não os professores e colegas. Talvez este seja o imaginário que eles têm da escola, já que segundo Orlandi (2013) diz que:

Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno. Resta acrescentar que todos esses mecanismos de funcionamento do discurso pousam no que chamamos de formações imaginárias. Assim não são os sujeitos físicos [...] que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. (ORALANDI 2013, P. 39, 40)

A escola precisa promover situações que oportunize aos sujeitos liberdade de estarem presentes no âmbito escolar. Ainda segundo Orlandi (2013) é possível antecipa-se, colocar-se no lugar do outro, diz ela que: segundo “o mecanismo de antecipação todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras” Orlandi (2013, p. 39). Transferindo este principio o que podemos dizer, é que a escola precisa se antecipar, para dialogar com seus sujeitos. A escola deve compreender o que querem, mais uma vez é válido recorrer a Martins e Carrano (2011), quando falam que a escola precisa conhecer para



dialogar. Em fim, não há possibilidade entre desconhecidos. Sendo assim escola e comunidade não pode em hipótese alguma se comportar como estranhos, isto não é verdade, tão pouco deve ser reproduzida como tal. Portanto, não resta outra forma para superar tal constatação, se não pelo diálogo, fica posta que: “se a escola não tem, deveria ter” e se querem mudar esta realidade precisam tornar o “diálogo” uma pratica.

### 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na proposta de compreender como se dá o diálogo na prática da gestão escolar, e como a gestão presa pela democracia, o presente trabalho está alicerçado metodologicamente na pesquisa de campo como dito anteriormente e na teoria e análise do discurso para análise. De forma sintética foram dois os resultados: Primeiro o distanciamento da escola à comunidade e que isto afeta sim o relacionamento entre as partes.

Neste sentido, se constatou que a escola deve avançar no que tange o princípio da democracia e que ela precisa construir relações de reciprocidade, mudando suas estratégias de comunicação e não apenas convidando os pais para reunião, querendo mostrar que está com a verdade.

Segundo, ficou identificado que o diálogo está circunscrito a posição ocupada pelo sujeito, que busca legitimar o discurso através de si. No campo do diálogo a verdade não pode ser imposta de um para outro, mais negociada entre os autores. A verdade diz Oliveira (2013) que segundo Laclau ela é contingente e momentânea. Ou seja, não pode a escolar ficar na posição de quem transfere o saber, tão pouco deve a comunidade escolar ficar no lugar de ouvinte. O conveniente é ambos antecipem suas posições de lugares, de modo a diminuir os antagonismos.

Em síntese, este artigo mostra nitidamente a importância de continuar analisando, as relações escola/família e compreender a complexidade entre ambos, para tal o diálogo deve/ ou ao menos deveria ser o instrumento pelo qual a escola canaliza o ensino e a aprendizagem de forma democrática. Porém este trabalho não consegue de forma alguma chegar ao extremo a ponto de definir sem receio o resultado final dos dados e interpretações, tão pouco morre aqui. Do contrário, apenas indica que este serve como



preâmbulo (início), como uma semente ao germinar, que necessita de água, luz e nutriente. Em outras palavras, não é um trabalho conclusivo, mas germinativo. Sendo assim concluem-se estas observações momentâneas.

## REFERENCIAS

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. In: \_\_\_\_\_. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora. Porto. 1994.p. 47-51.

BURITY, Joanildo Albuquerque. **Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau**. In: \_\_ Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. P. 35-51

Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=857430813>. Acessado em 14 dez. 2014.

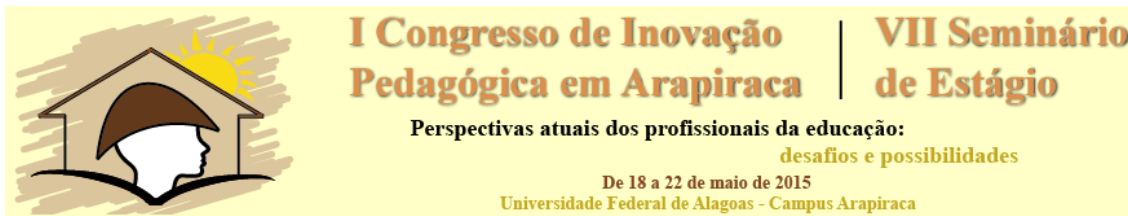
BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de educação fundamental – Brasília. MEC/SEF, 1998.

LEITE, A. **Princípios da Gestão escolar democrática**, 2012. Leopoldina/MG. 2012, p. 1-18. Disponível em: <http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/04122012Acenilia%20de%20oliveira%20Felix%20Leite%20-%20TCC.pdf>. Acessado em 21/01/2015.

MACHADO, L. B.; ANICETO, R. A. Ciclos de aprendizagem nas representações sociais de mães de alunos de escolas públicas. In: \_\_. **ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO** - PPGE/ME FURB ISSN 1809-0354 v. 5, n. 3, p. 463-477, set./dez. 2010. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/viewFile/2125/1495>. Acessado em: 22 dez. 2014.

MARTINS, C. H. S.; CARRANO, P. C. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. In: \_\_ **Educação, Santa Maria**, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011. Disponível em: [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Carrano\\_Carlos\\_Henrique\\_A\\_escola\\_diante\\_das\\_culturas\\_juvenis.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Carrano_Carlos_Henrique_A_escola_diante_das_culturas_juvenis.pdf). Acessado em 25 nov. 2014.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouff e a Pesquisa em Educação. In: \_\_ **Educação e Realidade**. V. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n4/17.pdf>. Acessado em: 21 nov. 2014.



OLIVEIRA, M. M. B.; MELO, J. R. Gestão democrática no chão da escola: um palco de limites e possibilidades. In\_\_: **Encontro de pesquisa educacional em Pernambuco**. IV, 2012, Caruaru. Disponível em: [http://www.epepe.com.br/EPEPE2012\\_IV/Trabalhos/05/C-05/C5-17.pdf](http://www.epepe.com.br/EPEPE2012_IV/Trabalhos/05/C-05/C5-17.pdf). Acessado em: 21 dez. 2014.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos/** 11ª edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2013.

PINASSI, Maria Orlanda, Da Democracia Formal à Radical, In:\_\_\_ **Mauricio Gonçalves, As Jornadas de Junho**, Recife, ed. do Organizador, 2014, p. 27-31.

RICHARD, Roberto Jarry. Questionário. In:\_\_. **Pesquisa social**. São Paulo. Editora Atlas. 3ª ed. (revisada e ampliada) 2008. p. 189-207.

SOUZA, Debora, **Gestão democrática da escola pública: desafios e Perspectiva**. 2008. Acessado em 12/01/2015. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/328\\_174.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/328_174.pdf). Acessado em: 04 dez. 2014.